A crise da habitação/investigação - riscar o que não interessa ou a meritocracia do berço

Rafaela Lacerda · 16.11.2026

ECONOMIA · POLÍTICA · SOCIEDADE

Com os aumentos de propinas previstos na proposta de Orçamento do Estado para 2027, ou há um travão a esta desigualdade atroz ou a meritocracia não tarda começará no berçário.

Há dias, nas provas de mestrado de um aluno meu, vi o mesmo ser penalizado em alguns pontos da sua nota por ter entregado a dissertação mais tarde do que o prazo inicialmente estabelecido pela faculdade. Bati-me contra tal argumento durante a discussão da nota, pois o único prejudicado de tal facto é o próprio aluno, que tem de continuar a pagar propinas por cada mês de atraso em relação ao prazo inicial. A justificação da presidente do júri foi que o aluno teve mais tempo para escrever a dissertação do que os demais colegas que entregam no tempo previsto, daí a penalização. No entanto, isto não é verdade. O aluno demorou mais tempo a entregar a dissertação, precisamente por ter menos tempo, decorrente da necessidade de ter de trabalhar para pagar as contas do dia-a-dia, incluindo a habitação, uma vez que não mora com os pais e estes não conseguem pagar-lhe a casa.

Caiu-se de tal forma na elitização do ensino superior, e do privilégio associado à frequência dos vários graus académicos, que parece impensável aos professores que um aluno precise de se sustentar para concluir um mestrado e não esteja dependente dos pais, ou outros ascendentes análogos, para custear as suas despesas no ensino superior público. Este, tal como consagrado na Constituição, deveria ser tendencialmente gratuito, e quando surge um aluno independente dos pais parece um extraterrestre, uma criatura com a qual não se sabe lidar, tal é a diferença para com os restantes.

> Um aluno cuja vida seja facilitada pelo suporte financeiro da família, além de não precisar de se preocupar com outros afazeres e poder dedicar todo o seu tempo e atenção à produção da dissertação, é ainda beneficiado por tê-lo feito dentro do prazo regulamentar.

Assim, um aluno cuja vida seja facilitada pelo suporte financeiro da família, além de não precisar de se preocupar com outros afazeres e poder dedicar todo o seu tempo e atenção à produção da dissertação, é ainda beneficiado por tê-lo feito dentro do prazo regulamentar. E isto ao contrário do colega que, além de não ter esse suporte financeiro, tem, ainda, de dividir o tempo e a atenção entre a produção da dissertação e o trabalho que lhe permite pagar o seu sustento diário, incluindo a alimentação e a habitação, o que rouba uma fatia significativa do rendimento.

A agravar a situação, os empregos encontrados por estes jovens, de modo a poderem ser conciliáveis com a actividade académica, são, na sua maioria, em condições precárias, com recibos verdes e horários parciais, muitíssimo mal remunerados e sem direitos laborais, o que acrescenta um enorme *stress* a estes jovens em início de carreira, agravando ainda mais a situação. Isto resulta em situações de ansiedade e depressão, que acabam por arrastar ainda mais a conclusão do mestrado e, consequentemente, impedir a corrida a um emprego consentâneo com as suas reais qualificações e capacidades de desempenho. Estes alunos/trabalhadores acabam por ser preteridos pela entidade empregadora, não por haver candidatos melhores, mas, apenas, por haver candidatos com o grau obtido a tempo de determinado concurso.

> Estamos perante uma meritocracia de tamanho familiar transformada numa bola de neve de privilégio capitalista, que tende a aumentar cada vez mais o fosso entre quem quer fazer uma carreira na investigação e quem pode, porque tem um suporte financeiro da família.

Podem parecer coisas desconexas à primeira vista, a crise da habitação e a crise da investigação. No entanto, quando um aluno não pode prosseguir a sua carreira de investigação por não ter as condições básicas de sobrevivência e é prejudicado por isso, não estamos perante um sistema justo nem avaliador de mérito, em que os candidatos a uma determinada vaga são avaliados com imparcialidade. Estamos perante uma meritocracia de tamanho familiar transformada numa bola de neve de privilégio capitalista, que tende a aumentar cada vez mais o fosso entre quem quer fazer uma carreira na investigação e quem pode, porque tem um suporte financeiro da família.

Com os aumentos de propinas previstos na proposta de Orçamento do Estado para 2027, ou há um travão a esta desigualdade atroz ou a meritocracia não tarda começará no berçário.
